

Dá 4 anos, diz Ulysses; parlamentaristas contam 292 votos

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília

O computador em que a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) armazena as tendências dos constituintes a respeito do sistema de governo registrou ontem 292 votos certos a favor do parlamentarismo, 12 a mais do que a maioria absoluta exigida para aprovação de qualquer item da futura Constituição. Pouco antes de Sandra fechar suas contas, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, disse ao prefeito de Jundiá (SP), André Benassi, que "salvo uma grande surpresa, vai dar quatro anos" (de mandato para o presidente José Sarney).

Esse era o cenário desenhado ontem, no plenário do Congresso constituinte, em torno das duas votações fundamentais previstas para a próxima semana, o mandato do atual presidente e o futuro sistema de governo.

Na questão do mandato, a tendência quatroanista ficava evidente nas avaliações de dois líderes opostos. "Se fosse hoje a votação, eu apostaria tranquilamente na vitória dos quatro anos com 350 votos", disse à Folha o senador quatroanista Mário Covas (SP), líder do PMDB no Senado. Nas fileiras cincoanistas, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), preferia sair pela tangente com velha frase da política mineira: "Em votação e mineração,

só se sabe o resultado depois da apuração."

Mas outro cincoanista convicto, o paulista Del Bosco Amáral (PMDB-Centrão), não esconde: "A coisa caminha para os quatro anos. Só muda se o governo adotar medidas exemplares contra a corrupção. Prisões administrativas, por exemplo."

Parlamentarismo

Já na questão do sistema de governo, as avaliações pessoais são menos definitivas, a não ser nos computadores de Sandra Cavalcanti, mas há um consenso de que o parlamentarismo cresceu muito nas últimas semanas. Cresceu mais nas últimas horas, em função da crise no governo em torno da modificação da política salarial para o funcionalismo público federal.

O levantamento de Sandra Cavalcanti é, de qualquer forma, o mais confiável, pelo rigor com que a deputada faz a sua listagem. Ela divide os constituintes em cinco categorias: parlamentaristas firmes, presidencialistas firmes, de tendência parlamentarista, de tendência presidencialista e indefinidos. E só inclui como parlamentaristas firmes aqueles votos sobre os quais não há a menor dúvida.

Exemplo desse rigor é o caso do deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), parlamentarista convicto que passou as últimas cinco semanas insistindo com Sandra Cavalcanti

para passar de "tendência parlamentarista" para "parlamentarista firme" e só ontem conseguiu.

A dúvida a respeito do sistema de governo é saber que tipo de parlamentarismo acabará obtendo a maioria absoluta dos votos, se de fato a tendência for a que os computadores de Sandra apontam. O mecanismo de votação será o seguinte: primeiro, vota-se a proposta presidencialista clássica. Aprovada, fica inscrita no texto final, como é óbvio, a menos que haja mudança no segundo turno. Rejeitada, vota-se a proposta parlamentarista mais ou menos pura, formulada por Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Vale o mesmo raciocínio: aprovada, fica. Rejeitada, cria-se um "buraco negro", que permitiria a apresentação de emenda produto de fusão de várias outras, o que abriria espaço para o que está sendo chamado de "parlamentarismo presidencializado" ou "presidencialismo parlamentarizado". Na prática é muito mais presidencialista do que parlamentarista.

Resolvida essa etapa, que fará parte das disposições permanentes, ficará para as disposições transitórias — última parte a ser votada — a fixação da data de entrada em vigor do parlamentarismo. Essa data vai depender menos do tecnicismo das emendas e mais das condições políticas e do estado de saúde do governo na hora de se votar as disposições transitórias.



Milton Reis, ao centro, pesquisa no plenário sobre duração do mandato e sistema de governo

Planalto nomeia Thales assessor para negociar com a Constituinte

Do enviado especial a Brasília

"Eu não tenho adversários no Congresso e vou conversar com todos." Foi essa a primeira colocação que o ex-deputado federal e atual ministro do Tribunal de Contas da União, Thales Ramalho, 64, fez ao presidente José Sarney, ao ser convidado para o cargo de assessor especial da Presidência da República, função que assumirá na próxima semana.

A frase de Thales — repetida ontem à Folha no Palácio do Planalto — e a confirmação do convite, apesar dela, indicam que o governo federal decidiu abrir negociações com o Congresso constituinte, depois de tê-lo metralhado sistematicamente, a ponto de ameaçar recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra uma eventual redução do mandato presidencial para quatro anos.

Conversações não significam, necessariamente, negociações, como fez questão de distinguir, ontem, o deputado José Lourenço (BA), líder do PFL na Câmara. Perguntado se a nomeação de Thales significava o desejo do governo de negociar com a Constituinte, Lourenço respondeu: "Negociações, não sei, mas conversações vai haver muitas."

Mesmo que não tivesse colocado como pré-condição a liberdade para "conversar com todos", a simples designação de Thales, um conciliador por natureza, já sinalizou, para os constituintes, a intenção do Planalto de trocar o tiroeteio pela conversação com a Constituinte.

"Parece que o governo cansou de brigar e resolveu conversar", diz o senador José Richa (PMDB-PR). "Parece a pessedização do governo", reforça o senador Marco Maciel (PE), presidente nacional do PFL, em alusão à origem partidária de Thales, o extinto PSD, partido caracterizado pela negociação e pela conciliação políticas.

"Ele deve levar uma boa palavra

ao governo", acha Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara dos Deputados, depois de muito hesitar entre as palavras "deve levar" e "boa".

"Ao Pé do Rádio"

Boa parte dos constituintes prefere, antes de atribuir intenções conciliadoras ao governo com a nomeação de Thales Ramalho, esperar a "Conversa ao Pé do Rádio" de hoje, o programa semanal que Sarney usou, nas últimas três semanas, para fustigar a Constituinte.

Só Ulysses Guimarães aventurou-se a imaginar que Sarney preferira, hoje, falar de temas econômicos. "A ninguém interessa o tiroeteio entre o Executivo e a Constituinte", diz Ulysses, dando a entender ter recebido sinais de que o Planalto não vai insistir na ofensiva contra o Parlamento.

O senador José Richa prefere encontrar outra razão para um eventual arrefecimento dos ataques à Constituinte por parte de Sarney. "Os ataques caíram no vazio. Insistir neles é bobagem, embora homens como o ministro Antônio Carlos Magalhães continuem preferindo o confronto à conciliação", acha o senador paranaense.

A nomeação de Thales não esgota os sinais de que o Palácio do Planalto pode trocar o ataque pela conversa: dois constituintes que costumam dialogar regularmente com o presidente da República (o senador Afonso Arinos, do PFL-RJ, e o deputado Bonifácio de Andrada, do PDS-MG) procuraram o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, para propor uma negociação com vistas à aceitação, pelo PDT, de uma fórmula parlamentarista mitigada.

Trata-se na essência, da proposta do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), preparada pelo jurista Miguel Reale Junior, assessor de Ulysses. Por ela, o primeiro-ministro é apenas o coordenador do governo, homem de confiança do

presidente e não do Parlamento, ao contrário do que ocorre no parlamentarismo clássico.

O ex-governador Leonel Brizola, presidencialista, aceitou a idéia de se negociar o chamado "presidencialismo parlamentarizado".

Não há, entretanto, confirmação das partes de que a proposta de se negociar essa fórmula tenha partido do Planalto.

De qualquer forma, o governador de Goiás, Henrique Santillo (PMDB), ouviu ontem, de Ulysses Guimarães, a avaliação de que há interesse das duas partes — Executivo e Constituinte — em pôr fim ao que o próprio Ulysses chama de "tiroeteio".

Falência da liderança

Já o deputado Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), um dos homens de Ulysses, prefere outra explicação, a seu ver muito mais forte, para o convite do governo a Thales Ramalho: "É sinal da desmoralização das lideranças do governo no Congresso constituinte", diz Genebaldo.

A reação do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), só reforça a avaliação de Genebaldo. Perguntado ontem sobre a indicação de Thales, Sant'Anna deu uma resposta seca e irritada: "Não tenho confirmação da notícia. Nem da veracidade dela."

Seja como for, a nomeação de Thales, se é para negociar, chega tarde ao menos em relação à votação, nas disposições permanentes, do mandato e do sistema de governo, porque ele só assume na semana em que os dois temas estarão sendo votados. Pode servir para o futuro, ou para as disposições transitórias (nas quais se fixa definitivamente o mandato de Sarney), última parte a ser votada, ou para a transição entre o atual e o futuro governo. (CR)

Movimento pelas 'diretas' realiza hoje manifestações em todo o país

Das Sucursais, dos Correspondentes e da Redação

Mandato

Por que quatro anos x Por que cinco anos

Deputado Robson Marinho (PMDB-SP): "O povo brasileiro delegou a Tancredo Neves e José Sarney um período de governo igual ao tempo necessário para a transição democrática. Tancredo já dizia que menos de quatro anos era pouco e, mais, excessivo. Portanto, promulgada a Constituição, conclui-se a transição do autoritarismo para a democracia e, em seguida, deve-se marcar eleições para a disputa do poder."



Senador Sal-danha Derzi (PMDB-MS): "Sou parlamentar desde 1954, sempre a favor do mandato de cinco anos. O período de quatro anos é pequeno e o de seis, excessivo. A Sistematização fixou cinco anos para os futuros presidentes, então por que tirar dois anos de Sarney? Ele abriu mão de um ano porque também acha o mandato de cinco anos ideal. Eleição este ano é uma loucura nesta desorganização econômica."



ria e deve acabar às 18h na praça do Bandeirante (centro), onde será realizado um "barulhão".

Cuiabá —As 30 entidades que organizam o "Dia do Basta" esperam reunir 10 mil pessoas na praça da República, centro, às 17h.

Curitiba —Concentração marcada para as 16h na praça Santos Andrade e passeata a partir das 17h até a Boca Maldita, centro da cidade.

Vitória —Manifestação marcada para as 17h manifestação em frente ao Palácio Anchieta, sede do governo. A sede da OAB também planejou uma sessão de protesto às 16h.

Maceió —Haverá concentração a partir das 16h, em frente a sede da OAB-AL, na praça do Montepio, centro de Maceió. Está prevista passeata passando pela praça dos Martírios, onde está localizada a sede do governo.

Salvador —A banda "Olodum" deve abrir às 16h30 passeata do Campo Grande até a praça Municipal (centro). Ontem pela manhã o secretário do governo baiano, Carlos Meirelles (PMDB), conclamou, num programa de TV, as donas-de-casa a se unirem à passeata.

Teresina —Passeata a partir das 18h, da praça Rio Branco à praça Pedro 2º, no centro da cidade.

Recife —A partir das 14h começa a concentração na faculdade de Direito do Recife (centro), de onde parte uma passeata às 16h até a praça da Independência.

Belo Horizonte —Concentrações na praça Sete (centro), praça da Assembléia e praça da Liberdade, onde fica o Palácio do Governo. Os manifestantes pretendem dar as mãos num cerco ao Palácio da Liberdade, às 17h. Em seguida, haverá passeata até a praça Sete.

Deputado perde apoio de 'históricos' no presidencialismo

Do enviado especial a Brasília



Richa, Covas e Cardoso (da esq. para dir.) conversam na Constituinte

O grupo chamado "históricos" do PMDB, em inúmeras conversas informais nos últimos dias, decidiu não apoiar a candidatura do deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do partido, à Presidência da República, na hipótese de ser mantido o sistema presidencialista de governo. Se vingar o parlamentarismo, entretanto, Ulysses pode ter o apoio do grupo para presidente, na medida em que o poder real ficará com o primeiro-ministro.

Entre os membros dos "históricos", estão pesos-pesados do PMDB, como os senadores Fernando Henrique Cardoso (SP), Mário Covas (SP) e José Richa (PR), o deputado Euclides Scalco (PR) e o ex-governador de São Paulo André Franco Montoro. Montoro, aliás, é candidato a candidato à Presidência, seja no

presidencialismo, seja no parlamentarismo, e tem promessa de apoio de Covas e Fernando Henrique.

Campanha

Indiferente ao veto informal dos "históricos", Ulysses está em virtual campanha eleitoral, a julgar pela informação do deputado José Geraldo (PMDB-MG): o deputado mineiro conta que, segundo lhe informou o governador Newton Cardoso, Ulysses chamou Cardoso para conversar, em Brasília, para "discutir o candidato a vice-presidente na chapa de Ulysses". A conversa deveria ter ocorrido anteontem, mas o governador mineiro cancelou a viagem a Brasília, deixando o encontro com Ulysses para outra ocasião.

José Geraldo diz, também, que, embora "ainda" favorável aos cinco anos de mandato para o presidente

José Sarney, Newton Cardoso já se prepara para a hipótese de as eleições presidenciais se realizarem este ano.

E tão visível o empenho de Ulysses em disputar a Presidência, no presidencialismo, ou ficar como primeiro-ministro, se aprovado o parlamentarismo, que ele recebeu ontem, de constituintes que não se identificaram, dois bilhetinhos com versos improvisados, ambos alusivos à candidatura. Um deles diz: "O Ulysses não tem cabelo/mas não há o que o esquente/faça sol ou faça chuva/ele quer ser presidente".

PFL

Não é só no PMDB que as candidaturas presidenciais já são discutidas abertamente. No PFL, depois da conversa de algumas de suas lideranças com o empresário Antônio Ermírio de Moraes, na

terça-feira, houve uma avaliação informal a respeito das possibilidades de fixar Ermírio como candidato do partido. Resultado da sondagem junto aos constituintes pefelistas: eles só aceitam Ermírio como candidato na hipótese de o empresário filiar-se ao PFL, em vez de preferir, por exemplo, o PTB.

A movimentação em torno de Ermírio contagia outras áreas partidárias: os quatro deputados e um senador que trocaram ontem o PMDB pelo PTB já avisaram a cúpula nacional do PFL que vão procurar Ermírio para saber se sua disposição para candidatar-se ou não à Presidência. A avaliação do PFL é a de que a troca de legenda operada pelo cinco constituintes está embasada no desejo de procurar um candidato presidencial que lhes seja mais conveniente. (CR)